

RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.

IATA: 57-04593 6 - EMBRATUR: MG 10.04212886/0001-98

À Senhora

Doutora Sheilla da Conceição Santos Guerra

Pregoeira Oficial do

TJMG – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE/MG

CADASTRO FORNECEDORES TJ 008697 07/ABD/09 15:42

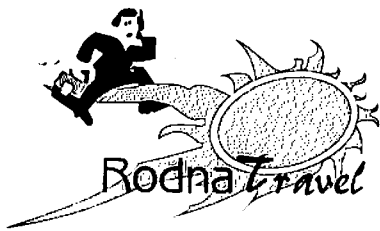
PREGÃO PRESENCIAL nº 051/2009 – LOTE 1

RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA, empresa sediada em Belo Horizonte, na Rua Santa Catarina 1630 - Conj. 201/203, Bairro de Lourdes, CNPJ/MF nº 04.212.886/0001-98, já qualificada nos autos do processo de licitação em referência, vem, com o devido respeito, por seu representante legal que esta subscreve, oferecer razões de contrariedade ao recurso administrativo interposto pela empresa **HRA VIAGENS E TURISMO LTDA.**, expondo e, afinal, requerendo a V. Sa. o seguinte:

Rua Santa Catarina, 1630 • Conj. 201 / 203 • Bairro de Lourdes • CEP: 30170081 • Belo Horizonte • MG • Telefax: (31) 3337-9800

CNPJ: 04.212.886/0001-98 • INSC. EST.: ISENTO • INSC. MUNIC.: 162.024.001-4

E-mail: rodnatravel@terra.com.br

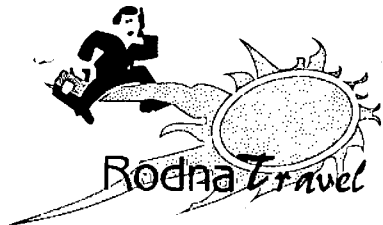


RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.

IATA: 57-04593 6 - EMBRATUR: MG 10.04212886/0001-98

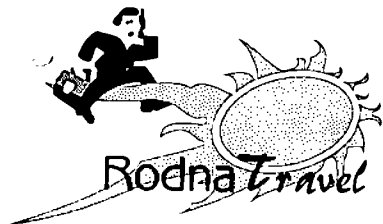
A decisão adotada pela nobre Pregoeira, quando admitiu e presidiu a competição entre as licitantes, fixou-se nos exatos limites procedimentais ditados pelo inciso VIII do artigo 4º da Lei 10.520/02, combinado com os preceitos dos incisos X e XI do mesmo artigo. A busca da melhor proposta foi livre e isenta de qualquer vício; e as ofertas das licitantes se situaram em patamares inequivocamente exequíveis e confiáveis. No que diz respeito à RODNA, ora impugnante, importa realçar que sua tradição em serviços de mesma natureza, prestados a um universo certo e permanente de clientes da mais alta estirpe – dentre os quais se inclui, desde muitos anos, o Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais – autoriza a convicção de que sua proposta é séria, idônea e perfeitamente exequível. A rentabilidade comprovada em seus balanços patrimoniais (o de 2008, que integra o seu cadastro de fornecedores junto ao TJMG, garantiu-lhe índices de liquidez e de solidez financeira inigualáveis) é garantia de que o percentual de desconto oferecido no Pregão 051/2009 é-lhe vantajoso e indubitavelmente exequível.

O teor do recurso interposto pela HRA LTDA. se situa no plano da presunção, porque fundado exclusivamente na relação entre as agências de viagens e as companhias aéreas, especificamente quando as primeiras agem formalmente em nome de Entidades Públicas. Quando a agência de viagens age diretamente, sem envolver o nome do cliente—entidade pública, ela recebe a taxa de prestação de serviços (DU) cujo valor é, regularmente, de dez por cento. Ainda mais: as Cias Aéreas habitualmente negociam metas com as agências, em que alcançado determinado patamar de negócios elas pagam acréscimo sobre a habitual taxa de prestação de serviços para toda produção de passagens aéreas.



Embora conhecedora desses fatos, a Recorrente preferiu criar artifício em torno da matéria. Ela pretendeu, a partir da falsa premissa lançada, convencer-se e tentar convencer a honrada Pregoeira de que o percentual de desconto é incabível, por prejudicial às agências de viagem. Esqueceu-se, porém, a Recorrente de considerar que as passagens aéreas não são única fonte de rentabilidade do contrato buscado pelo TJMG; esqueceu-se de considerar os acréscimos incidentais de remuneração negociados com as Aéreas, assim como se esqueceu de considerar que a excelência na prestação dos serviços acarreta, pelo conhecimento e relacionamento entre as pessoas envolvidas, maior número de clientes. Esses detalhes (maldosamente omitidos pela HRA) autorizam descontos na proposta de preços que não prejudicam o equilíbrio econômico e financeiro da futura relação contratual.

É manifesto que a proposta da ora impugnante, de perto seguida pela proposta da ITS VIAGENS, é a mais vantajosa, porque exprime menor preço contratual. E para sua declaração foi necessária uma fase de competição oral em que as partes interessadas disputaram com responsabilidade e critério o percentual de desconto que poderiam conceder. Por isso que a Lei 10.520/02 atribui ao Pregoeiro autoridade para avaliar as propostas, para mediar a fase da competição oral, para concluir quanto à aceitabilidade das propostas. Se no lote 1, aqui sob trato, duas licitantes disputaram palmo a palmo, em décimos de unidade percentual, o valor do desconto que poderiam conceder, resta insofismável que ambas sabiam de suas capacidades de absorção de eventual diminuição do lucro. Sustentar a HRA seu recurso na presunção de que 4% (quatro por cento) a mais de desconto (que o por ela oferecido) torna inexecutável o contrato que possa vir a ser formalizado com a licitante



RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.

IATA: 57-04593 6 - EMBRATUR: MG 10.04212886/0001-98

considerada vencedora do certame é abusar da inteligência de todos: basta observar que, em um contrato com consumo estimado em R\$250.000,00 por ano; com percentual certo de 10% de remuneração regular pelas Aéreas, 0,10% (ou seja: R\$250,00) não é percentual representativo. Mesmo ônus mais representativos somente seriam consideráveis se a remuneração adicional que se negocia em metas com as Aéreas não existisse; se não houvesse promoções periódicas; se a agência não tivesse capacidade de captar, através do contrato, clientes que integram a Entidade promotora da licitação. A HRA dá, efetivamente, mostra de sua limitação no conhecimento de todas as nuances que envolvem o comércio de viagens.

Vê-se, pois, que a tentativa da Recorrente não passa de um esforço extremado e infeliz, sem a percepção de que com sua desvairada interpretação e tendenciosa motivação apenas cria entraves à Administração deste Tribunal, impedindo-a, embora apenas temporariamente, do regular exercício dos atos administrativos cotidianos.

Ponderável, no entanto, honrada e culta Pregoeira, é a declaração, embora dispensável, que a RODNA aqui confirma, de sua plena capacidade de cumprir o contrato adveniente, diante da indubitável exeqüibilidade de sua proposta. Mais, ainda: o desconto concedido pela ora impugnante não tem enquadramento nas situações de risco a que se refere o parágrafo 3º do artigo 44 ou a que se refere o artigo 48, tudo da Lei 8.666/93, subsidiária dos preceitos da Lei 10.520/2021, conforme declarado no artigo 9º deste último Diploma legal.



Nenhum procedimento administrativo é um fim em si mesmo, prelecionam todos nossos doutrinadores. E, não sendo fim — mas um meio para obtenção do que melhor convir à Administração — imperioso é concluir que os meios idôneos pelos quais se cumpram as exigências e objetivos do edital, fielmente adequados à Lei, não devem ser rejeitados, sob pena de perder-se a eficácia e a eficiência que devem marcar os atos de todo bom administrador.

Em nome da eficiência e da eficácia dos atos jurídicos é que se impõe a decisão de desprovisionamento do tendencioso e vazio recurso aviado pela HRA LTDA., uma vez que sua argumentação não se estriba em preceito legal; e ainda porque, ao contrário, os procedimentos da culta Pregoeira se alinham com o edital e com a Lei vigente. Oportuna, aqui, a lembrança da lição do saudoso Hely Lopes Meirelles (Licitação e Contrato Administrativo – 12ª ed. – pág. 137) no sentido de que

*“A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, pois um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se aqui a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor será que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação”.*



RODNA TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.

IATA: 57-04593 6 - EMBRATUR: MG 10.04212886/0001-98

A remansosa orientação doutrinária predominante é unânime em afirmar que a proposta mais vantajosa não pode ficar caudatária de rigorismos exacerbados e informais. As falhas materiais ou os erros fortuitos não devem ser determinantes de uma decisão extremada como a desclassificação da proposta manifestamente mais vantajosa para a Administração Pública. Se assim é, como então entender procedente um recurso que **apenas presume** uma inexequibilidade futura de uma proposta, porque este é o tendencioso entendimento de uma licitante diretamente interessada? Diga-se de passagem: interessada em que o Tribunal de Justiça pague mais caro por um serviço que poderá ser prestado por uma empresa idônea, tecnicamente apta, que jamais deixou de cumprir seus contratos. Assim, e tendo em conta que é inexistente o fundamento apontado pela recorrente como causa de pedir, seu recurso se perde no vácuo de sua própria argumentação. Pelo exposto, douta Pregoeira, e buscando limitar o procedimento às normas regulamentares vigentes, **requer a RODNA LTDA.** a manutenção da decisão anterior, com conseqüente desprovisionamento do recurso interposto, para satisfação do direito aplicável aos fatos aqui enfocados, e em honra dos princípios basilares de justiça que devem nortear e presidir o procedimento de todos aqueles que servem à causa pública.

Termos em que,

pede deferimento e espera justiça.

Roberto Hernández Aguiar

Rodna Travel Viagens e Turismo Ltda

Sócio Proprietário

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2009.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cadastro Geral de Fornecedores

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Nº CRC	Data Registro	Válido Até	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
84	20/05/2009	19/05/2010	ISENTA	162024/01-4

Nome, Razão Social

RODNA TRAVEL - VIAGENS E TURISMO LTDA

Endereço

R SANTA CATARINA, 1630/S 201/203 - Bairro: LOURDES

Belo Horizonte - MG Cep: 30170081

Capital Social (R\$): 50.000,00

Balanço Patrimonial: 2008

Liquidez Geral	Liquidez Corrente	Solvência Geral
28,92	28,92	34,79

Tipo Documento	Expedição	Validade(dias)	Vencimento	Revalidação
CNPJ/CPF: 04.212.886/0001-98	28/12/2000	-	-	-
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA	29/04/2009	180	26/10/2009	19/05/2009
PROVA REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL	01/07/2009	90	29/09/2009	22/07/2009
PROVA REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL	20/07/2009	31	20/08/2009	22/07/2009
FGTS	20/07/2009	29	18/08/2009	22/07/2009
CND CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS	01/07/2009	180	28/12/2009	22/07/2009
DECLARAÇÃO - DECRETO Nº 4.358 DE 05/09/2002	14/05/2009	180	10/11/2009	19/05/2009
CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A	25/06/2009	180	22/12/2009	22/07/2009

Entidades	Registro
EMBRATUR	10.04212886/0

Atestado de Capacitação Técnica

Atestado por: MUNDICAR VEÍCULOS S.A, em 21/03/2001

Reserva de hotéis e fornecimento de passagens aéreas

Atestado por: BANCO BMG, em 30/10/2008

Fornecimento de passagens aéreas domésticas e internacionais, locação de carros, ônibus, vans, reservas de hotéis, bloqueio de apartamentos para eventos, elaboração de cardápios, locação de salas para trabalhos dos palestrantes e decoração de mesa diretora.

Atestado por: MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A., em 30/10/2008

Fornecimento de passagens aéreas domésticas e internacionais, locação de carros, ônibus, vans, reservas de hotéis, bloqueio de apartamentos para eventos, elaboração de cardápios, locação de salas para trabalhos dos palestrantes e decoração de mesa diretora.

Atestado por: TJMG, em 30/10/2008

Fornecimento de passagens aéreas domésticas e internacionais, locação de carros, ônibus, vans, reservas de hotéis, bloqueio de apartamentos para eventos, elaboração de cardápios, locação de salas para trabalhos dos palestrantes e decoração de mesa diretora.

Linha de Fornecimento

3	SERVIÇOS E ENCARGOS
3.05	PASSAGENS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cadastro Geral de Fornecedores

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Nº CRC	Data Registro	Válido Até	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
84	20/05/2009	19/05/2010	ISENTA	162024/01-4

Nome, Razão Social

RODNA TRAVEL - VIAGENS E TURISMO LTDA

3.05.01	AÉRE/.
3.05.02	TERRESTRE
3.05.03	MARÍTIMA
3.17	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
3.17.01	ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS
3.17.02	ALUGUEL DE OUTROS VEÍCULOS
3.26	RECEPÇÕES, HOSPEDAGENS, HOMENAGENS E FESTIVIDADES
3.26.01	RECEPÇÃO
3.26.02	HOSPEDAGEM
3.26.03	HOMENAGENS/FESTIVIDADES
3.26.04	INAUGURAÇÕES/SOLENIDADES CÍVICAS

Certifico que a empresa acima especificada comprovou capacidade jurídica, técnica, econômica-financeira e regularidade fiscal nos termos da lei Nº 8.666 de 23/06/1993

- 1 - Este certificado indica que seu detentor possui condições gerais para licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e substitui os documentos acima relacionados que estejam dentro de prazo de validade.
- 2 - Na hipótese de documentos aqui estarem com prazos vencidos, o interessado deverá apresentar outros com prazo de validade em vigor, conforme instruções contidas no Edital.
- 3 - Exigências específicas relativas a capacidade técnica e/ou econômico-financeira, devem ser indicadas no instrumento convocatório de licitação, obrigando o interessado a comprovar o atendimento mediante apresentação dos documentos exigidos, no prazo estabelecido no Edital.
- 4 - As informações contidas neste documento são de inteira responsabilidade da empresa, tendo em vista os documentos apresentados quando do seu cadastramento, cabendo a empresa a conferência das linhas de fornecimento aprovadas.

Belo Horizonte, 22 de Julho de 2009

Comissão de Registro Cadastral

[Assinatura]

[Assinatura]
T0061960

[Assinatura]
Elidia Tavares de Lanna Rocha
Diretora Executiva de Engenharia
Gestão Predial - TJ 2208-7